

INTERNETLAB

RELATÓRIO ANUAL

2020



SUMÁRIO

Apresentação	03
Quem somos em 2020	03
Carta da Diretoria	04

Áreas de Atuação	06
Privacidade e Vigilância	07
Liberdade de Expressão	10
Informação e Política	12
Desigualdades e Identidades	15
Cultura e Conhecimento	18

Nosso Trabalho em 2020	21
Com as Instituições	22
Com a Sociedade Civil	23
Com o Setor Privado	24
Com a Academia	25
Principais Lançamentos	26
Internetlab em números	28
Imprensa	29

Transparência e Governança	31
Financiamentos e parcerias: com quem dialogamos?	34
Nossa política de relacionamento com financiadores	36
Com o que gastamos em 2020?	37
Nossa Equipe	38

Agenda para o Futuro	40
-----------------------------	-----------

Expediente	45
-------------------	-----------

QUEM SOMOS EM 2020

Novas tecnologias estão o tempo inteiro sendo criadas pela sociedade em que vivemos – ao mesmo tempo em que também a produzem. Nesse processo de mão dupla, direitos fundamentais são constantemente afetados, o que exige soluções políticas, jurídicas e sociais. O InternetLab, fundado em 2014 em São Paulo, é um centro de pesquisa sem fins lucrativos, dedicado a produzir conhecimento sobre esses problemas e contribuir para construir as bases para ações de conscientização, formulação e implementação de políticas públicas e do direito, atuando como um articulador entre os setores envolvidos nesses debates.

Com as mudanças impostas pela pandemia, o ano de 2020 viu a intensificação de usos da internet, acelerando comportamentos no meio digital. Em outra ponta, a crise sanitária impôs uma grave crise socioeconômica e política no Brasil, o que desafiou a pauta de direitos fundamentais sob diversas perspectivas. Assim, a pandemia pressionou as discussões políticas de tecnologia e internet em novos sentidos.

O ano foi também marcado por eleições municipais hiperdigitalizadas, pela entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em um contexto de uso de dados pessoais para o combate do novo coronavírus, e pela acelerada discussão sobre o “PL das Fake News”, a partir das percepções de efeitos importantes da desinformação na saúde.

Neste contexto polarizado e de múltiplas crises, o InternetLab buscou ligar os pontos necessários para fortalecer a esfera pública e a cidadania no ambiente digital com evidências. O ano de 2020 foi dedicado, primordialmente, à produção de diagnósticos e recomendações pensados para o detalhe de cada tensão e problema, visando apontar os riscos a direitos e aproveitar as janelas de oportunidade para o aprofundamento de valores democráticos e de justiça social.

CARTA DA DIRETORIA

Para o campo de políticas da Internet, 2020 foi alguns anos em um. A pandemia de Covid-19 acelerou processos em curso – das possibilidades, para quem as tem, de realizar suas atividades e relações à distância, até a explicitação à última potência de como as desigualdades que estruturam a sociedade se expressam no meio digital. O resumo da ópera é que 2020 abriu um novo ciclo para quem trabalha com políticas de Internet há algum tempo, como nós.

Começamos a pandemia em um esforço ativo para compreender como o nosso trabalho poderia contribuir para esse momento tão difícil para o Brasil e para a humanidade. Começamos um novo podcast, o Antivírus, que gravou 13 episódios aprofundando temas que a pandemia escancarou: práticas de ciência aberta; privacidade de dados e os aplicativos de rastreamento de proximidade; desinformação e as novas políticas da plataforma para lidar com ela neste momento; teorias da conspiração e sua relação com arquiteturas de rede sociais; e acesso desigual à internet. Estreamos no podcast nossa pesquisa sobre as tecnologias e os aplicativos que começaram a ser utilizados para a prevenção e o combate à pandemia, buscando entender os riscos e direitos que deveriam ser considerados.

Se começamos nos perguntando a respeito de qual seria a relevância da pesquisa sobre direito e tecnologia durante a pandemia, rapidamente a resposta se mostrou. Em pouco tempo, paramos de buscar os dilemas – e eles passaram a nos encontrar: 2020 foi o ano em que foi proposto no Congresso o PL 2630, conhecido como PL das Fake News, que mostrou que a regulação da internet vai, nos próximos anos, trilhar novos caminhos. Para nós, a força com que esta proposta legislativa tramitou e a forma como ela foi recebida por diferentes setores da sociedade é um sinal forte de que um novo ciclo de modelos regulatórios sobre a internet se iniciou, deixando para trás a estabilidade regulatória que emoldurou o florescimento da experiência digital em que estamos imersos hoje em dia. Nesse novo ciclo, foram recolocadas as questões de como tutelar direitos na moderação de conteúdos por plataformas de internet, o poder que tais empresas congregaram e a promoção de uma esfera pública digital democrática.

Ao mesmo tempo, 2020 também marcou um novo ciclo interno no InternetLab, como um ano de intensas renovações – de equipe a temas de pesquisa, passando por amadurecimento institucional. Em meio à pandemia conseguimos colocar no papel uma série de políticas organizacionais, deixando mais à frente de onde viemos e para onde vamos. Da perspectiva da Diretoria, entramos em uma nova fase: sabemos que saímos desse ano não sendo mais uma “nova organização”, e sim um centro de pesquisa que já tem uma história, uma cultura própria, responsabilidades e compromissos com a equipe, a comunidade com que interagimos e nas relações de financiamento de atividades de pesquisa que estabelecemos.

Sabemos que os temas com os quais trabalhamos passaram por transformações que mudam os rumos que poderíamos ter imaginado nos anos anteriores. Por causa da pandemia, foi acelerado um processo de “internetização da vida”. Cada vez menos faz sentido falar em um ciberespaço ou mesmo em um “direito digital”. Cada vez mais precisamos entender como a internet impacta diversos ramos do direito e da regulação e, ao mesmo tempo, mesmo que pareça paradoxal, como as plataformas de internet ocupam espaços novos que precisam ser compreendidos como tais.



Marina Valente
Diretora



Francisco Brito Cruz
Diretor



**ÁREAS DE
ATUAÇÃO**

PRIVACIDADE E VIGILÂNCIA

Os rápidos avanços da tecnologia afetaram significativamente as capacidades de controle de Estados e empresas sobre indivíduos, com implicações diretas à privacidade. Junto às novas capacidades, surgem questões jurídicas controversas, relativas às práticas de coleta, armazenamento, exploração e análise massiva de dados.

Quanto ao Estado, levantam-se questões sobre a utilização massiva de tecnologias de vigilância, as possibilidades de uso de dados para políticas públicas e seus impactos sobre justiça social, a constitucionalidade da retenção de dados para fins de investigações, a extensão das prerrogativas de acesso a dados e os limites das obrigações de assistência à polícia por parte de serviços protegidos por criptografia.

Quanto a empresas, colocam-se perguntas sobre a implementação dos marcos normativos de proteção de dados, os riscos e possibilidades do uso de inteligência artificial e os impactos que atividades de tratamento de dados podem ter sobre desigualdades sociais. Esta linha de pesquisa se propõe a investigar e promover um debate qualificado sobre essas questões.

Em 2020, a área refletiu sobre o **impacto da pandemia de Covid-19 sobre tecnologias de vigilância**, sobre o uso de **reconhecimento facial**, e sobre proteção social, gênero e privacidade no **acesso ao Programa Bolsa Família**. Em nosso quarto congresso anual de **Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital**, abordamos a proteção de dados pessoais no âmbito da segurança pública e em investigações criminais, contribuindo para a atualização das garantias constitucionais frente ao avanço tecnológico.



Projetos 2020

Empresas e direitos humanos: incentivo à adoção de boas práticas

O projeto objetiva aumentar o nível de proteção e respeito aos direitos humanos por empresas de tecnologia. Coordenado pela Global Partners Digital (GPD) em parceria com a Global Network Initiative (GNI), o estudo conta com parcerias em mais 5 países: Argentina, Indonésia, Quênia, Nigéria e Malásia.

Por meio dele, divulgamos o guia **“Reconhecimento facial e o setor privado: guia para a adoção de boas práticas”**, elaborado em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a fim de oferecer um panorama das principais questões ligadas aos riscos, conceitos legais e boas práticas para uso comercial do reconhecimento facial no Brasil. Também no âmbito do projeto, foi realizada ao longo do ano a quinta edição do **Quem Defende seus Dados**, estudo que avalia o comprometimento de empresas de telecomunicações a garantias legais e boas práticas de defesa da privacidade de seus usuários. A pesquisa tem a parceria da Eletronic Frontier Foundation (EFF).

Contribuição do Internetlab e do Instituto Alana à Relatoria Especial do Direito Privacidade das Nações Unidas sobre riscos à privacidade infantil

Em contribuição conjunta, instituições alertam ONU sobre os riscos à privacidade de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no Brasil.

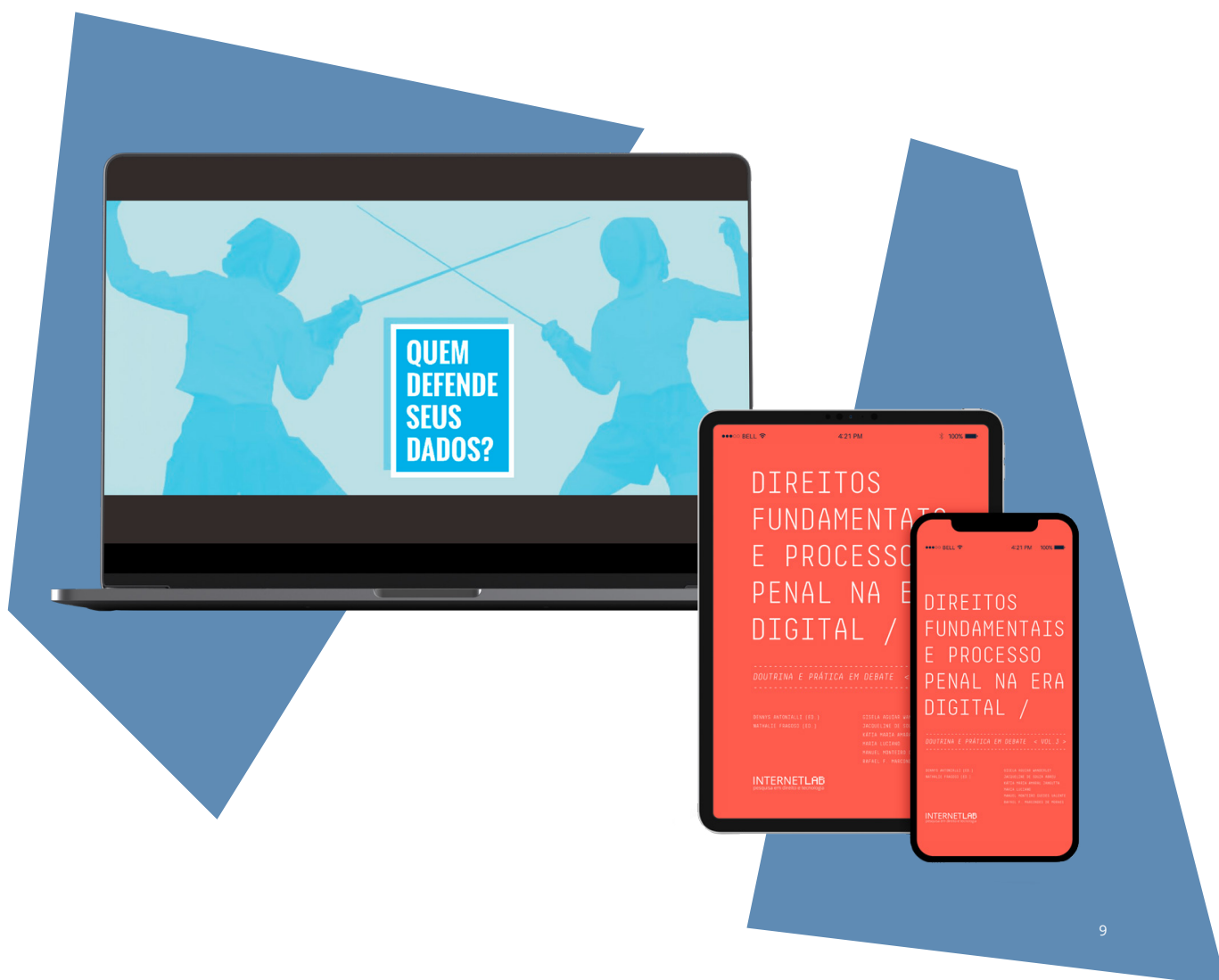


Privacidade e segurança pública: refletindo sobre garantias penais

Pensar sobre garantias penais no acesso a dados para investigações criminais e segurança pública é fundamental para que sejam evitados excessos e pedidos abusivos por parte de órgãos de investigação e judiciário. Desde 2017, o InternetLab promove o **Congresso Internacional Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital** com o apoio da Faculdade de Direito da USP. Em 2020 foi realizada a quarta edição do Congresso, em formato online, com participação de especialistas em privacidade e proteção de dados, acadêmicos, agentes do Estado e representantes do setor privado e da sociedade civil. Também foi lançado o terceiro volume da obra **“Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital: doutrina e prática em debate”**, que reúne artigos e contribuições do III Congresso.

Atenção à privacidade em políticas de proteção social

Ciclo de pesquisas sobre os impactos à privacidade de políticas públicas de proteção social, em parceria com a organização Privacy International. O **Programa Bolsa Família** foi estudado chamando atenção às vulnerabilidades de beneficiárias (mulheres, em maioria) com relação ao uso de suas informações pessoais. A pesquisa abordou problemas relacionados à falta de transparência no tratamento de dados e ao monitoramento e exposição desigual de beneficiárias.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A internet revolucionou a comunicação entre as pessoas. Com inúmeras plataformas e recursos, abriu novos canais para produção e compartilhamento de conteúdos e é uma ferramenta poderosa para as mais diversas formas de expressão.

Essas transformações levantam novas questões para a liberdade de expressão. Um desafio importante é como criar e manter um ambiente digital saudável e aberto a todas as pessoas — e qual é o papel da regulação, com contornos próprios para diferentes agentes. Isso exige pensar a liberdade de expressão não só em termos do que podemos dizer na internet, mas também em termos das instituições com que precisamos contar para uma esfera pública democrática.

Ao mesmo tempo, o debate sobre o que podemos dizer também é impactado pela internet. Quando mais pessoas têm acesso a espaços e possibilidades para dizer o que pensam, a definição de parâmetros claros a respeito dos limites da liberdade de expressão no Brasil se torna ainda mais urgente.

Garantir liberdade de expressão e acesso à informação de usuárias e usuários é permitir que explorem todo o potencial da rede e contribuam com a cultura, o pensamento crítico e o debate livre de ideias. Em 2020, com esse compromisso, além de seguir com nossa plataforma Dissenso.org, lançamos **“Uma solução única para a internet?”**, nosso policy paper com recomendações regulatórias apropriadas a plataformas do conhecimento. Também participamos do debate sobre a governança do ambiente digital, como em nossa contribuição **ao caso brasileiro no Comitê de Supervisão** criado pelo Facebook.



Projetos 2020

Promovendo liberdade de expressão

A Projeto voltado à contribuição de uma cultura de liberdade de expressão no Brasil. Como portal [Dissenso.org](https://dissenso.org), a área busca promover o diálogo entre academia, operadores do direito e sociedade por meio da difusão de informação, a partir de contribuições de columnistas. O portal conta com a Casoteca, um repositório pioneiro que mapeia julgados sobre liberdade de expressão na internet. O projeto também tem uma dimensão internacional. Em atuação com a **Columbia Global Freedom of Expression**, repositório global de casos de liberdade de expressão, analisamos decisões importantes no país. E, em uma iniciativa encabeçada pelo **CELE – Centro de Estudios en Libertad de Expresión y Acceso a la Información**, da Universidade de Palermo, levantamos e avaliamos leis e projetos de lei federais com potencial impacto no exercício da liberdade de expressão, como resultado de mapeamento entre 2019-2020. A colaboração incluiu um artigo publicado no blog do centro argentino.

Discutindo governança e regulação de conteúdo nas plataformas

Nesta frente, a área se esforça para colaborar no debate sobre conteúdo nas plataformas, tanto da perspectiva da regulação estatal quanto da perspectiva de outros modelos de governança e regulação, incluindo ferramentas usadas na moderação de conteúdo.

Resultado desse trabalho é artigo de pesquisadores do InternetLab publicado em revista internacional a respeito dos **impactos sobre discurso de drag queens em sistemas automatizados de moderação de conteúdo testando “Perspective”**, uma solução popular desenvolvida pela Jigsaw (parte do conglomerado Alphabet). Também nos atentamos à estruturação do comitê criado pelo Facebook para servir como instância de controle independente à moderação de conteúdo realizada pela empresa. Como parte desse esforço, enviamos uma **contribuição a respeito do primeiro caso brasileiro decidido pela entidade**.



INFORMAÇÃO E POLÍTICA

A internet impactou profundamente a forma como nos comunicamos sobre política. As dinâmicas de produção, distribuição e consumo de informação se transformaram e as campanhas políticas se reestruturaram. Novos atores entraram para o jogo ao mesmo tempo que outros perderam o protagonismo. Em paralelo, novas ferramentas e tecnologias passaram a fazer parte do repertório da comunicação e da propaganda política. Ao passo que as tecnologias digitais podem favorecer maior participação e engajamento, elas também possibilitam novas formas de distorção e manipulação do debate público. Esta área investiga o impacto das comunicações digitais sobre práticas democráticas e suas implicações jurídico-regulatórias, lidando com questões como desinformação, proteção de dados em eleições, regulação eleitoral, dentre outras.

Em 2020, a área teve como um dos focos de atuação as questões sobre integridade e proteção de direitos nas eleições municipais. Engajados na discussão sobre o papel dos influenciadores nas eleições, produzimos o **“Guia para Influenciadores digitais nas eleições 2020”**. Em paralelo, articulamos um grupo de trabalho sobre a proteção de dados pessoais no cenário eleitoral, lançando o **primeiro material de referência no país sobre o tema**. Ainda, **mapeamos o panorama jurídico de uso de dados pessoais em campanhas políticas na América Latina**.



Projetos 2020

Informando os debates regulatórios sobre desinformação

Em 2020, a tramitação de projetos de lei de enfrentamento à desinformação se acirrou, sinalizando para uma necessidade de aprofundamento nos debates sobre as estratégias jurídicas adequadas para lidar com esse fenômeno no caso brasileiro. O InternetLab buscou contribuir com os debates sobre o projeto de “Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet” por meio de **artigos de opinião** e recomendações fundamentadas na coleta, análise e sistematização de evidências.

No documento **“Estratégias de Proteção do Debate Democrático na Internet”**, defendemos uma abordagem regulatória de enfrentamento ao comportamento abusivo ou inautêntico e não o estabelecimento de mecanismos de filtragem de conteúdo por parte das redes sociais. Em **“Rastrear o Viral: Riscos à Privacidade no Projeto de Lei “de Combate às Fake News””**, entrevistamos especialistas para discutir os riscos à privacidade da proposta de regulação de aplicativos de mensagens privadas do projeto. Por fim, em **“Uma Solução Única para Toda a Internet? Riscos do debate regulatório para a operação de plataformas do conhecimento”**, trouxemos reflexões e considerações sobre dinâmicas de funcionamento das “plataformas de conhecimento”, chamando atenção para os riscos de não considerá-las em uma regulação de enfrentamento à desinformação.



Influenciadores Digitais e Política: por um debate público democrático

Com um alcance expressivo e credibilidade perante seus seguidores, os influenciadores digitais são atores cada vez mais relevantes para a construção do debate público no Brasil. Realizado em parceria com o Redes Cordiais e financiado pelo National Endowment for Democracy, o projeto busca conscientizar influenciadores digitais e produtores de conteúdo sobre o impacto de suas vozes e fomentar a capacidade desses atores de contribuir para um debate público democrático e íntegro.

Com o “**Guia para Influenciadores Digitais nas Eleições 2020**”, buscamos esclarecer princípios e regras e oferecer ferramentas para que influenciadores e produtores de conteúdo em redes sociais participassem do processo eleitoral de maneira democrática, segura e ética. O material foi lançado em outubro de 2020 em um workshop organizado pelo Redes Cordiais que contou com a presença de diversos influenciadores digitais.

Construindo pontes entre Proteção de Dados Pessoais e Direito Eleitoral

As sensibilidades e particularidades do processo eleitoral exigem que seja estabelecida uma ponte entre a proteção de dados pessoais e o eleitoral. O InternetLab, em conjunto com organizações e pesquisadores do campo dos direitos digitais e do direito eleitoral, organizou um **Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições**, para discutir questões sensíveis sobre a proteção de dados pessoais no contexto eleitoral. Diante da entrada em vigor da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no ano das eleições municipais, o grupo publicou o documento “**Proteção de Dados nas Eleições: democracia e privacidade**”, organizando a discussão sobre o tema. Com base no documento, foi organizado um módulo sobre proteção de dados pessoais e eleições para o **Curso Direito Eleitoral Digital das EJEs (Escola Judiciária Eleitoral) do TSE e do TRE-RS**. Em paralelo, para aprofundar a compreensão sobre como as questões relacionadas à proteção de dados pessoais nas eleições vêm sendo debatidas e endereçadas ao redor do mundo, conduzimos uma pesquisa comparada sobre cenário jurídico-regulatório na América Latina. Financiada pelo CYRILLA, a pesquisa será publicada em 2021.

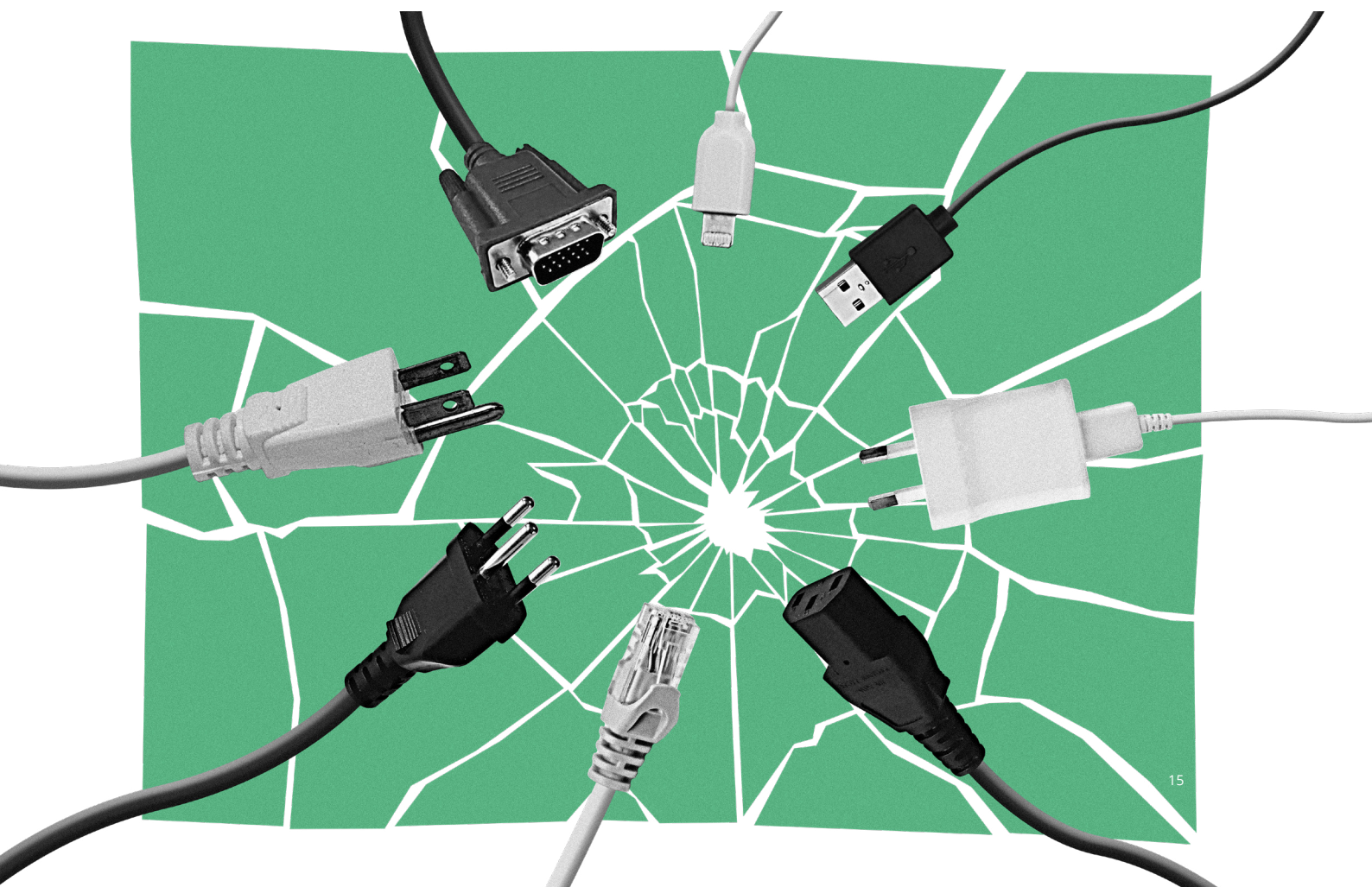


DESIGUALDADES E IDENTIDADES

A internet tem diversos significados para grupos sociais distintos. Marcadores sociais da diferença como gênero, raça, orientação sexual, classe social, regionalidade e deficiência informam sobre o modo como a tecnologia é apropriada e utilizada para participação social, cultural e política por diferentes atores sociais.

Esta área investiga, a partir de uma perspectiva interseccional, como temas caros às políticas de tecnologia e internet, tais como acesso, privacidade, economia do compartilhamento, discriminação algorítmica, mobilização e ativismo, participação e liberdade de expressão online, constituem-se a partir de processos sociais atrelados à produção de hierarquias sociais - sobrepondo, fortalecendo ou combatendo desigualdades estruturantes.

Em 2020, para ampliar o conhecimento sobre violência de gênero online, pesquisamos o fenômeno da violência política contra candidatas, durante as eleições municipais. Coletamos e analisamos, em parceria com a revista AzMina, dados do Twitter, Instagram e Youtube. Iniciamos, também uma pesquisa de jurisprudência que analisa como o discurso de ódio online contra mulheres tem sido tratado nos tribunais brasileiros. Buscamos também dialogar com jovens em pesquisa participativa que teve como desfecho a produção de projetos educativos sobre discurso de ódio.



Projetos 2020

MonitorA – resultados preliminares

O **observatório de violência política de gênero**, realizado pelo InternetLab em parceria com a Revista AzMina, mapeou, de setembro a novembro de 2020, as redes sociais de 175 candidaturas, homens e mulheres, para cargos de vereança, vice-prefeituras e prefeituras. Os resultados preliminares foram divulgados nos canais digitais da instituição.



Discurso de ódio: Reconhecer, resistir e remediar

Realizado em parceria com a instituição It for Change e financiado pelo IDRC (International Development Research Center), o projeto **Reconhecer, resistir e remediar** partiu do entendimento de que ainda que o discurso de ódio seja um fenômeno considerado por diferentes órgãos, instituições e pesquisadores, existem lacunas significativas na forma como podemos conhecê-lo e mitigá-lo ao pensarmos no efeito desta prática às mulheres, quanto um sujeito coletivo.

A partir dele, desenvolvemos frentes de atuação, como a **Jurisprudência: Discurso de ódio online contra mulheres**, pesquisa jurisprudencial realizada com tribunais estaduais de todas as regiões do país, na qual demonstrou que “discurso de ódio” não tem sido um conceito utilizado pela justiça brasileira para casos envolvendo misoginia. As Oficinas de pesquisa com jovens periféricos sobre discurso de ódio contra mulheres - uma parceria com a Rede Conhecimento Social e o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário -, a fim de desnaturalizar o discurso de ódio contra mulheres e desenvolver projetos de combate ao problema social. E, por fim, a pesquisa **“Caso Mari Ferrer”** que buscou compreender a reação de usuários do Twitter ao vazamento do vídeo que mostrou o julgamento da denúncia de estupro feita pela influenciadora Mari Ferrer.



Oficinas de pesquisa com jovens periféricos sobre discurso de ódio contra mulheres. Parceria com a Rede Conhecimento Social e com o Instituto Brasileiro de Estudos e Apoio Comunitário.

CULTURA E CONHECIMENTO

A internet exerce profundo impacto sobre a produção, distribuição e consumo de bens culturais e do conhecimento. Alguns mercados foram substituídos, outros passam por reestruturações, e formas alternativas de criação, como os commons digitais, ganham centralidade. Ao passo que o acesso à cultura e ao conhecimento é favorecido pelas tecnologias digitais, elas também permitem novas formas de controle e, principalmente, provocam transformações que mexem nos equilíbrios entre os distintos atores que fazem parte de uma cadeia ou um setor. Esta área investiga essas transformações e como normas e instituições relacionam-se com elas, como é o caso do direito autoral, de regulações setoriais como a do audiovisual e das telecomunicações, do direito concorrencial, bem como de políticas de internet que impactam plataformas e modelos de negócio digitais.

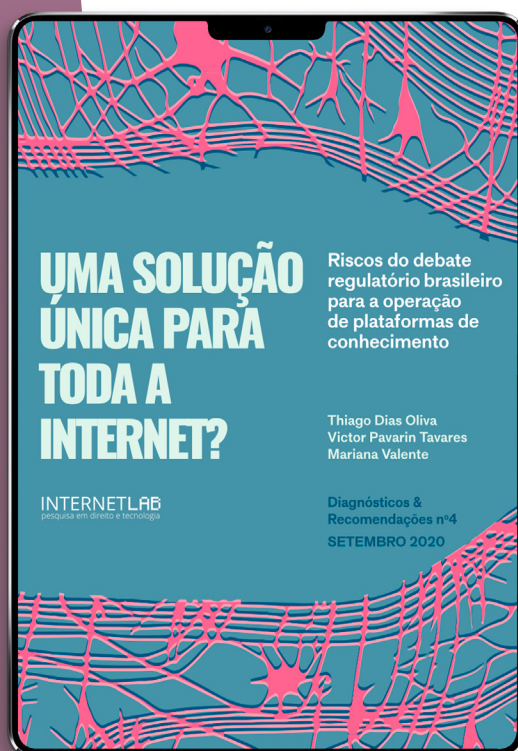
Em 2020, a área de Cultura e Conhecimento, que é a mais nova área do InternetLab, ganhou corpo junto com o aquecimento das discussões sobre remuneração e financiamento da cultura e de organizações jornalísticas no ambiente digital, e com a propositura de projetos de lei que teriam impacto direto sobre a cultura e o conhecimento online. Publicamos um relatório sobre regulação de VoD (Video on Demand, ou as plataformas de streaming audiovisual) e um policy paper sobre os impactos que o PL 2630/20 (PL das Fake News) teria sobre o que chamamos de plataformas do conhecimento. Como resposta ao contexto emergencial de isolamento social e à exacerbação das desigualdades no acesso aos bens da cultura e da educação, atuamos em parceria e exercemos atividades de educação e articulação pelo acesso aberto e a digitalização de acervos.



Projetos 2020

Pensar e promover a existência de espaços múltiplos na Internet

Algumas propostas regulatórias do campo de políticas de internet focam nas grandes plataformas comerciais e podem ter efeitos indesejados em outros espaços online, regidos por lógicas distintas de produção de conhecimento e moderação das colaborações. No relatório **“Uma Solução Única para Toda a Internet?”**, discutimos formas de moderação alternativas ao modelo dominante, como as que acontecem em projetos colaborativos como a Wikipédia e o GitHub. Delinear e ressaltar essas diferenças é fundamental para pensar soluções regulatórias que aumentem a diversidade de conteúdos, possibilidade de experimentação e incentivo a lógicas colaborativas.



Acervos abertos pelo acesso à cultura e ao conhecimento

O InternetLab é um dos membros do Creative Commons Brasil, e tem fomentado e dado apoio a várias atividades, mirando tanto em políticas de abertura de acervos quanto em projetos específicos de disseminação cultural e do conhecimento, especialmente da perspectiva jurídica. Em 2020, fomos apoiadores do projeto **Abre-Te Código**, do Goethe Institut, que organizou formações e um hackaton para a realização de iniciativas culturais a partir de bancos de dados de museus. Além de fazermos parte da abertura do evento e termos feito o módulo educativo sobre direito autoral e bases de dados junto com o Creative Commons Brasil, participamos da publicação (com artigo da diretora Mariana Valente). Ao longo do ano, protagonizamos também uma série de eventos virtuais sobre **digitalização de acervos, acesso aberto, educação e cultura**, tendo em vista o acesso ao conhecimento em especial no contexto da pandemia. Foram eventos na Agência USP, UNESP, Instituto Moreira Salles, Fórum da Internet, Internet Governance Forum da ONU, entre outros.

Regulação da internet, direito autoral e mercados do entretenimento

Cada vez mais é necessário fertilizar os debates entre os campos do direito autoral e das políticas de internet. Com isso em vista, fomos co-organizadores da **VI edição do Global Congress on Intellectual Property and the Public Interest**, realizada online. Coordenamos a linha de trabalho em Políticas de Internet e organizamos e moderamos o painel principal **Protection of Press Publications and the fight against disinformation**, com os professores Rob Nicholls, Neil Netanel e a ex-parlamentar europeia Julia Reda. Publicamos também o relatório **“Bits and Film”**, sobre regulação do streaming audiovisual no Brasil. O projeto de pesquisa foi parte de uma rede de projetos que, em vários países do mundo, estudou os impactos da plataformização sobre setores específicos. No Brasil, olhamos para o setor audiovisual e, por meio de entrevistas e análises de dados, exploramos os conflitos envolvendo a regulação de Video on Demand no Brasil, as posições dos atores e os problemas que estão por trás das questões regulatórias.



The background is a solid red color with a thick white diagonal stripe running from the top-left towards the bottom-right. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or graphic feel.

NOSSO TRABALHO EM 2020

COM AS INSTITUIÇÕES

Trabalhar com instituições exige entender como construir um espaço de diálogo e intercâmbio entre pesquisadores e gestores, junto a tomadores de decisão. Em nossa experiência, esse espaço precisa abarcar tanto os obstáculos e dilemas que emergem da experiência prática quanto os diagnósticos e argumentos engendrados em pesquisa, produzindo tanto uma pesquisa informada e enraizada, de um lado, quanto uma maior atenção à direitos e à qualificação das decisões e políticas públicas, de outro.



Em 2020, utilizamos a consolidação do reconhecimento institucional do InternetLab para construir espaços frutíferos de troca entre pesquisadores e membros de diferentes instituições, como atores do Judiciário interessados em proteção de dados e os órgãos responsáveis por políticas sociais e desenvolvimento regional no Governo Federal. Paralelamente, contribuimos com processos nacionais e internacionais de elaboração de documentos e estratégias sobre o meio digital, como na consulta pública sobre a Estratégia Nacional de Inteligência Artificial e no envio de contribuições para relatores especiais ligados a organizações internacionais.

COM A SOCIEDADE CIVIL

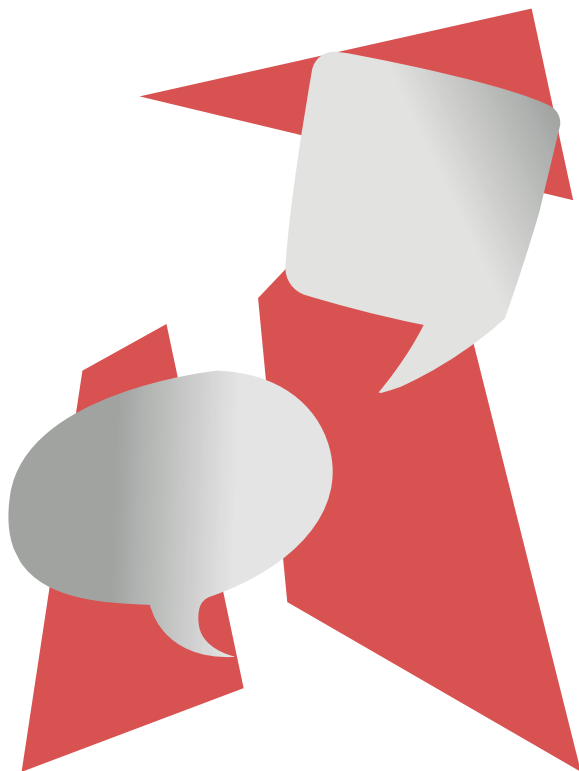
Quando defendemos que é necessário enraizar nossas pesquisas isso significa que elas devem ser informadas constantemente pela troca com movimentos sociais e organizações comunitárias. Esse laço foi fundamental para a construção de diagnósticos que são fundamentais em nossa trajetória, e que ainda servem de referência para a elaboração de novas agendas, como no livro “O corpo é o código”, lançado em 2016 e fruto de extenso trabalho de campo.

Neste ano, esse esforço foi mais uma vez a marca para diversos de nossos projetos. Trabalhamos com grupos de jovens para



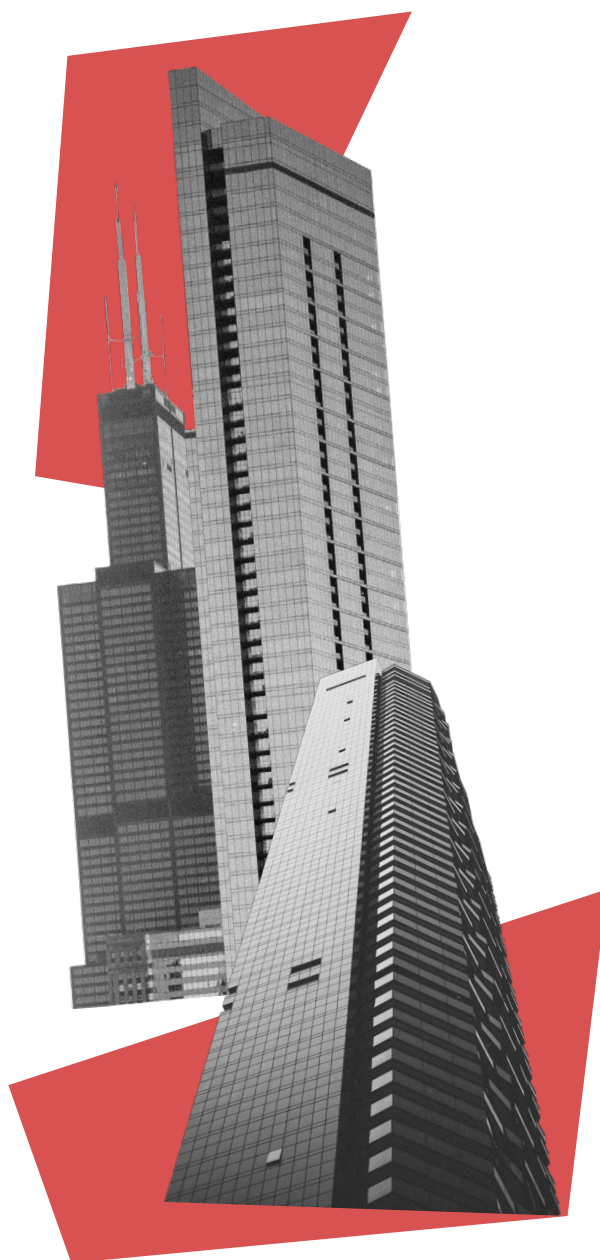
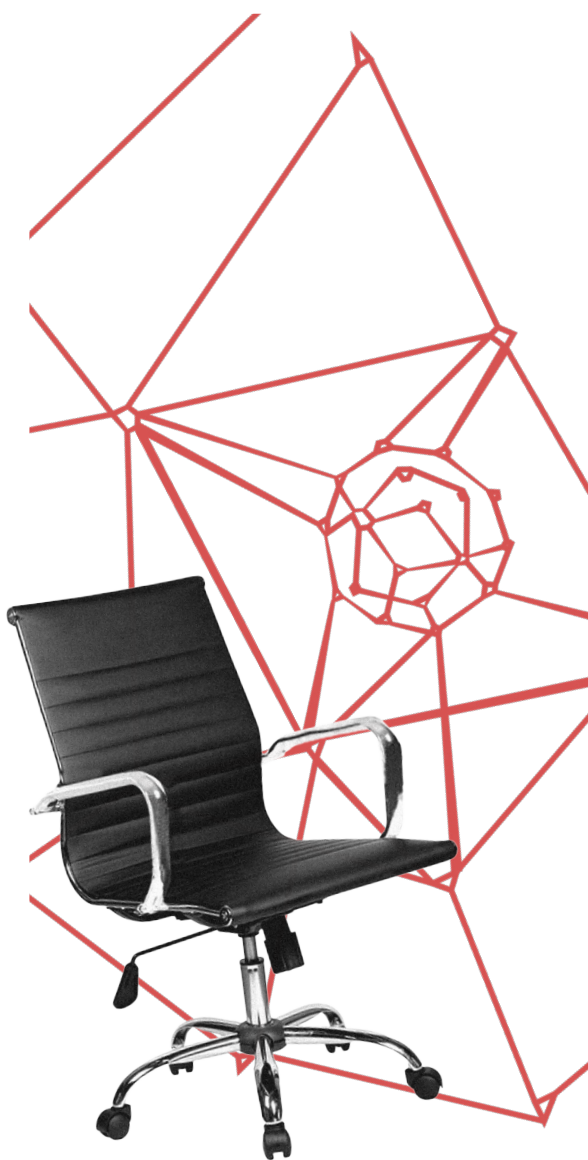
entender as percepções sobre discurso de ódio, estivemos em debates e atividades educativas com públicos extremamente diferentes entre si – de sindicatos a escolas, de influenciadores digitais a museus.

Além disso, 2020 foi um ano no qual foi fundamental se preocupar com a comunidade de políticas de internet em si. Estivemos engajados na construção de nossas redes nacionais e internacionais, investindo em aprofundar nossas trocas com organizações que trabalham com temas correlatos. Na discussão do “PL das Fake News”, por exemplo, estivemos lado a lado com a Coalizão Direitos na Rede, formada por mais de quarenta entidades brasileiras. Já nas que envolvem direito autoral, construímos com a rede do Creative Commons Brasil, do qual somos membros.



COM SETOR PRIVADO

Entre plataformas de internet, consultorias, escritórios e empresas, o setor privado constitui parte chave do campo das políticas sobre tecnologia e internet. Grande parte dos usos da rede é estruturada por uma arquitetura definida por estes atores, o que os torna variáveis inescapáveis que incidem no exercício de direitos e na manutenção ou redução de desigualdades.



Em nossa estratégia de incidir a partir de pesquisa, encarar isso demonstra a necessidade de pontes sólidas que permitam trocas para além da retórica. Assim, engajamo-nos em procurar canais nos quais seja possível não só escutar e compreender a prática e os argumentos do setor, mas também demandar informações, demonstrar riscos e apontar inconsistências

COM A ACADEMIA

A produção de pesquisas e a construção de bases intelectuais sólidas para a criação de políticas públicas relacionadas à internet estão entre as principais missões do InternetLab. Em 2020, o diálogo com instituições e pesquisadores se manteve a partir da organização e participação em eventos e congressos, bem como intensa produção acadêmica de nossa equipe, que culminou no lançamento de livros e artigos científicos.

Vale dizer que esta produção intensa aprofundou parcerias nacionais e internacionais com outras instituições acadêmicas, como no caso do IV Congresso Internacional de Direitos Fundamentais e Processo Penal na Era Digital, realizado com a Faculdade de Direito da Universidade de São



Paulo, e o seminário sobre vigilância na pandemia, organizado em conjunto com as universidades de Duke e Penn.

Por fim, este também foi o ano em que lançamos os primeiros números de nossa revista científica, a **Internet & Sociedade**. Com composição interdisciplinar e artigos de peso já nos primeiros passos, a publicação semestral se mostra como um ponto de encontro entre pesquisadores de áreas diversas.

PRINCIPAIS LANÇAMENTOS

Podcast Antivírus

A discussão sobre a pandemia e suas relações com a tecnologia foi desbravada no podcast Antivírus, que trouxe pesquisadores e especialistas em 13 episódios. [Acesse o link](#)



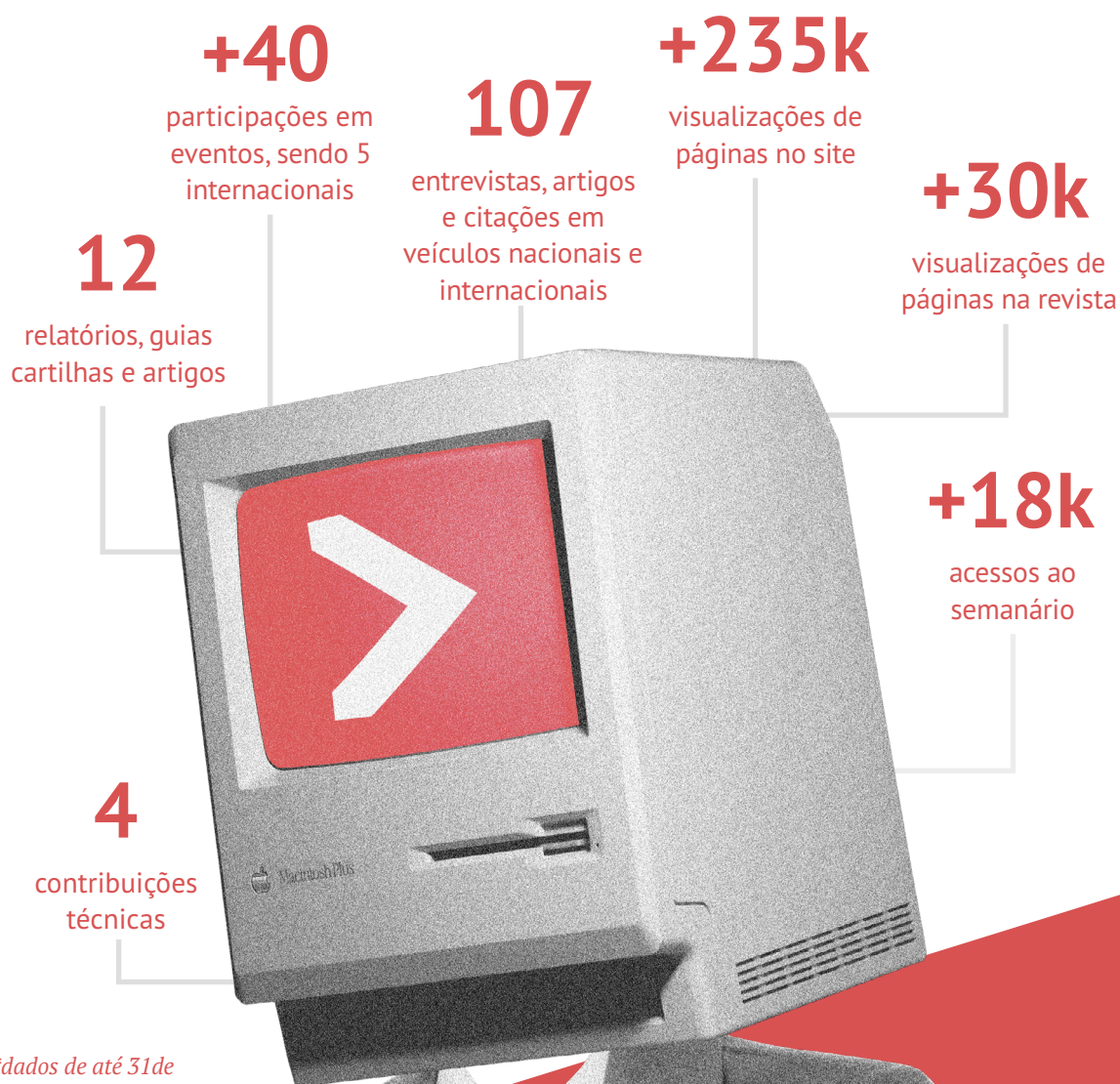
Revista Internet&Sociedade

Publicação semestral organizada pelo InternetLab que reúne artigos, resenhas, traduções e produções artísticas. A revista tem como objetivo avançar debates acadêmicos e abordar as múltiplas dimensões entre internet e sociedade. [Acesse o link](#)



INTERNETLAB EM NÚMEROS

Dados gerais de publicações, participações em eventos, aparições na mídia, contribuições e acessos em nossos canais digitais.



**dados de até 31 de dezembro de 2020*

IMPRENSA



Participação em reportagem do Fantástico sobre manipulação do debate público na internet por perfis de assessores do governo.

Participação em reportagem do Fantástico sobre o mercado de venda irregular de curtidas, comentários e seguidores para benefícios de candidatos em campanhas eleitorais.



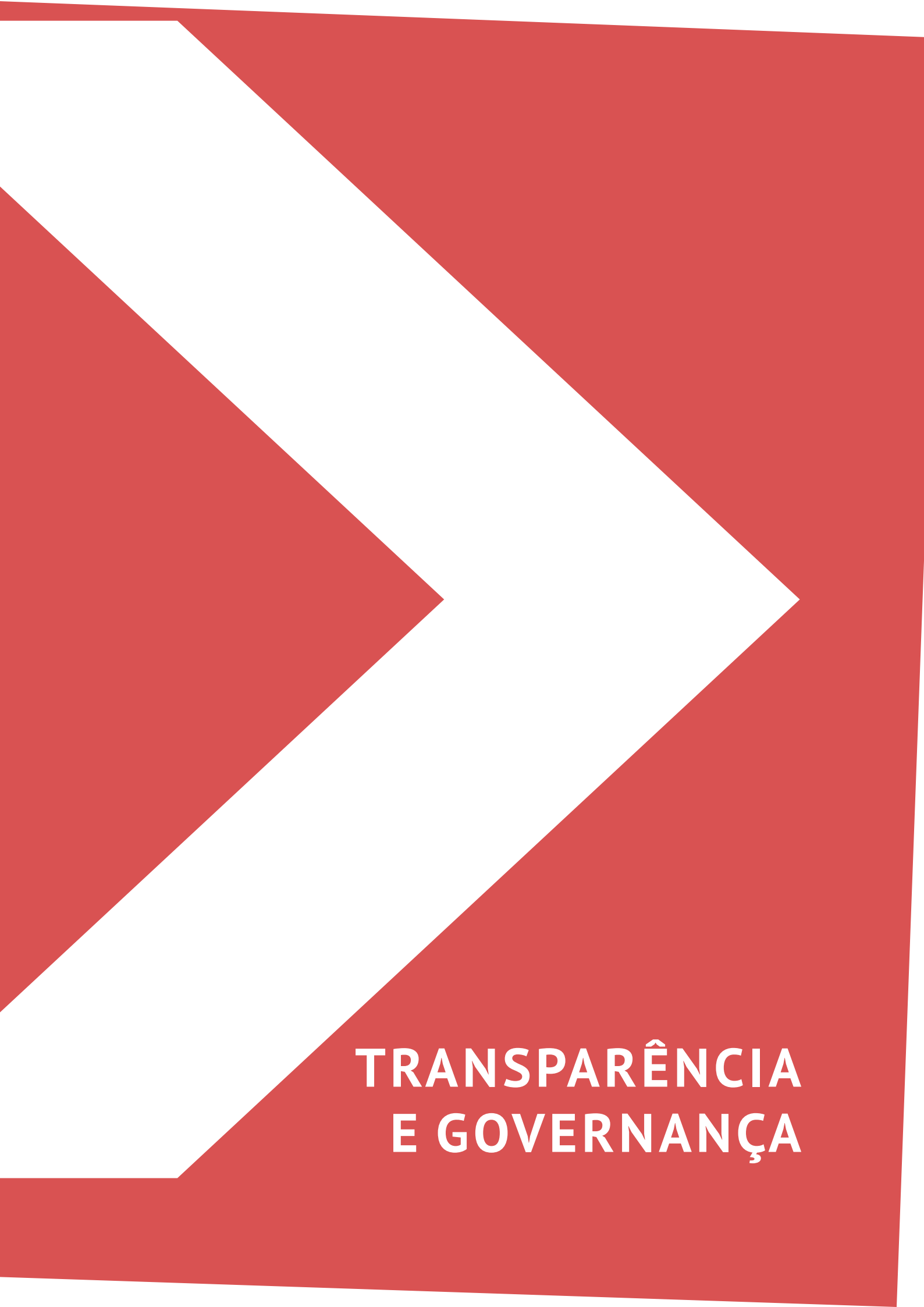
Brasil viveu 'utopia' de que internet seria democratizante, diz pesquisador

Em livro lançado nas eleições, Francisco Brito Cruz faz diagnóstico sobre o direito na era das fake news

Paula Soprana

Entrevista para a Folha de S.Paulo sobre o livro 'Novo Jogo, Velhas Regras', de Francisco Brito Cruz, que faz diagnóstico sobre o direito na era das fake news.



A large, thick white diagonal stripe runs from the top-left corner towards the bottom-right corner, set against a solid red background. The stripe is slightly irregular, giving it a hand-drawn or stencil-like appearance.

**TRANSPARÊNCIA
E GOVERNANÇA**

Governança: nossa estrutura e nossas políticas

Estrutura atual



Branco: Equipe executiva/ remunerada

Políticas institucionais

O ano de 2020 também foi marcado por mudanças e avanços em nossas políticas internas. Concentramos nossos esforços em praticar uma reforma de governança, a fim de profissionalizar e consolidar as políticas internas. Deixamos mais claras as relações entre os diretores, entre a diretoria e os demais órgãos de governança do InternetLab, e envolvendo pesquisa e demais formas de colaboração, em um novo Estatuto e em uma série de documentos de políticas institucionais, detalhadas abaixo:

- **Política de relacionamento com financiadores:** na qual estabelecemos os valores que guiam a captação de recursos no InternetLab, bem como as circunstâncias nas quais financiamentos não devem ser aceitos ou necessitam de uma análise prévia e aprofundada de adequação.
- **Política de conflito de interesses:** nela, definimos as situações de conflitos de interesses em que pesquisadores ou pessoas ligadas ao InternetLab podem se encontrar, e qual o processo adequado para mitigar os riscos envolvidos nessas situações.
- **Políticas institucionais e de pesquisa:** nesse conjunto de diretrizes nós estabelecemos as ações concretas para garantia de diversidade e inclusão na equipe do InternetLab, bem como sua proteção, segurança e bem-estar. As políticas institucionais também estabelecem como se dá a representação da organização pela equipe, quais são os compromissos de atribuição de autoria de trabalhos e outros temas do dia a dia da instituição.

Essas políticas representaram a consolidação de práticas construídas por sete anos de experiência coletiva, e devem funcionar como base para o desenvolvimento da organização no futuro. A ideia é que sejam periodicamente revistas para incorporar novas práticas, visões e experiências.

FINANCIAMENTOS E PARCERIAS: COM QUEM DIALOGAMOS?

Constituído como uma entidade sem fins lucrativos, o InternetLab atua como ponto de articulação entre acadêmicos e representantes dos setores público, privado e da sociedade civil, incentivando o desenvolvimento de projetos que abordem os desafios da elaboração e implementação de políticas públicas em novas tecnologias, como privacidade, liberdade de expressão e questões ligadas a gênero e identidade.

Nós subsidiamos o debate público por meio da produção de conhecimento. O InternetLab não atua com consultoria ou escritório de advocacia e somente prestamos serviços caso estejam afinados com nossa missão: fazer pesquisa na área de direito e tecnologia voltando a atenção à incidência em políticas públicas.

Em nosso trabalho, muitas vezes, trabalhamos em parcerias com outras organizações, buscando sempre encontrar os pontos de convergência, afinidade e compatibilidade para desenvolver ações conjuntas. Acreditamos que parcerias funcionam bem quando as organizações compartilham um norte comum e têm capacidade de cooperar e dividir funções em trabalho e projetos complexos. Em 2020, o InternetLab renovou alianças estabelecidas ao longo do tempo, mas também estabeleceu importantes novas cooperações.

O financiamento das nossas atividades vem de fundações, organizações do terceiro setor, empresas e agências de fomento internacionais. Em todos esses casos aplica-se a política de relacionamento com financiadores.

Financiamento Institucional

Ford Foundation

Open Society Foundations

Luminate

Google

Financiamento por projetos

International Development
Research Centre

Privacy International

Fundo Indela

Universidade de Palermo

Columbia University

National Endowment
for Democracy

Facebook

Cyrilla

WhatsApp

Parceiros em projetos

IT for Change

Rede Conhecimento Social

Kenan Institute for Ethics -
Duke University

Electronic Frontier
Foundation

Goethe Institute

Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo

Centro de Estudios en
Libertad de Expresión y
Acceso a la Información
(CELE) - Universidade de
Palermo

Instituto Alana

Revista Azmina

Instituto Brasileiro de
Estudos e Apoio
Comunitário - IBEAC

Instituto Brasileiro de Defesa
do Consumidor (IDEC)

AWO Agency

Pilot Lab

Redes Cordiais

Redes e coalizões das quais participamos

Creative Commons

Aliança por Algoritmos
Inclusivos - AI+

Grupo de Estudos em
Proteção de Dados e
Eleições

Network of Centers

Coalizão Direitos na
Rede

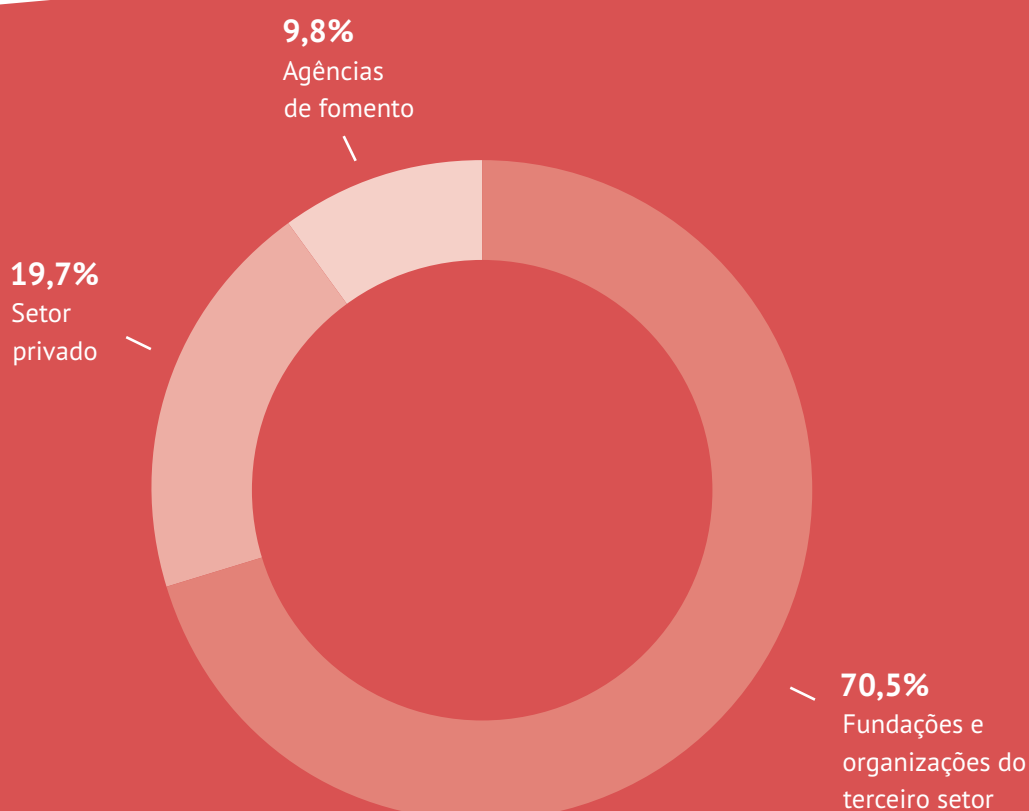
Just Net Coalition

AL SUR

NOSSA POLÍTICA DE RELACIONAMENTO COM FINANCIADORES

Atualmente, o relacionamento do InternetLab com financiadores é regido por uma política destinada a promover a independência, a autonomia, a transparência, a liberdade acadêmica e de expressão, a pluralidade de opiniões, o estímulo à diversidade e a defesa da ética na pesquisa acadêmica no trabalho do InternetLab.

Com o objetivo de promover tais valores, a nossa política veda uma série de financiamentos, como por exemplo aqueles que requerem a realização de atividades político-partidárias ou os que possam ser razoavelmente considerados um favorecimento de interesses privados em conflito com o interesse público. Além disso, a política estabelece um processo de verificação prévia de adequação que pode ser utilizado pela organização para analisar se um novo financiamento é compatível com estes critérios e valores. Em financiamentos grandes, esse processo de verificação prévia é obrigatório e deve envolver o Conselho Fiscal do InternetLab.



COM O QUE GASTAMOS EM 2020?

Em um ano em que a pandemia restringiu a realização de eventos e viagens drasticamente, nosso maior investimento em 2020 foi em nossas atividades de pesquisa, contemplando especialmente a remuneração de pesquisadores e de parceiros na produção de materiais diversos. Em razão da conjuntura, também aumentamos o investimento em comunicação, especialmente na produção de podcasts e na diagramação e design gráfico.

Atividades de pesquisa

Remuneração de pesquisadores, parceiros e consultores de pesquisa



Comunicação e publicações

Equipe e fornecedores (ex. design gráfico e produção audiovisual)



Administrativo e estrutura

Equipe, contadores e despesas fixas (aluguel e contas)



Eventos

Gastos com eventos para equipe e público

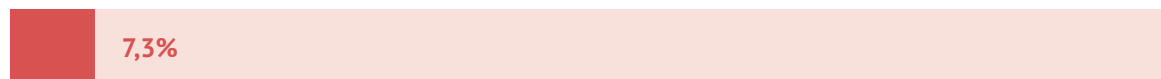


Representação

Viagens, diárias e outros gastos com representação



Tributos e encargos



NOSSA EQUIPE

Nos últimos anos, o InternetLab tem revisado suas práticas de ações afirmativas, a fim de priorizar o aumento da diversidade interna. Em 2020, formalizamos diretrizes de diversidade e inclusão em nossas políticas internas, criando metas e mecanismos em busca de garantir um ambiente mais plural e representativo para os próximos anos.

Nas políticas de pesquisa, estabelecemos os patamares mínimos que, se não cumpridos em algum momento, exigem que a organização realize seleções com ação afirmativa: 50% de mulheres e 30% de pessoas negras e indígenas. Mais que uma preocupação numérica, estamos comprometidos com o aumento da diversidade nas posições de coordenação e nos órgãos consultivos - e, por isso, a política prevê também treinamentos e canais de denúncia seguros. Por fim, com base no norte de que a diversidade também se constrói com o entorno, previmos diretrizes de diversidade envolvendo a organização de eventos e participação neles, parcerias e contratações.

Sabemos que há muito o que percorrer ainda e entendemos que a reavaliação dessas políticas deve ser contínua e incorporar críticas e experiências próprias e de outras organizações.

Mais que uma preocupação numérica, estamos comprometidos com o aumento da diversidade nas posições de coordenação e nos órgãos consultivos.

INTERNETLAB





AGENDA PARA O FUTURO

Justiça de dados: uma nova forma de abordar a relação entre privacidade e direitos sociais

Para a pesquisadora Linnet Taylor, “justiça de dados” resume a justa visibilidade, a representação e o tratamento dos dados produzidos pelas pessoas na internet. É um dos temas que mais ganharam atenção do InternetLab nos últimos tempos, em especial a partir da percepção que esse enquadramento produz uma argumentação potente sobre como a privacidade pode estar conectada à garantia de direitos sociais. Para nós, essa questão só ficou evidente no estudo de caso sobre a proteção do direito à privacidade de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, que agora buscaremos expandir para a análise de outras políticas sociais.

Entendemos que esta é uma agenda do InternetLab para o futuro porque a grave crise econômica gerada pela pandemia e o consequente aprofundamento da desigualdade social brasileira são elementos centrais em nossa conjuntura. Eles demandam respostas difíceis por parte do campo de políticas de tecnologia, pressionado pelo discurso da eficiência nas políticas públicas e pela necessidade de proteção da privacidade. Assim, vemos como estratégica a produção de conhecimento sobre como lidar com tais pressões a partir de uma ótica de “justiça de dados”.

Entendemos que esta é uma agenda do InternetLab para o futuro porque a grave crise econômica gerada pela pandemia e o consequente aprofundamento da desigualdade social brasileira são elementos centrais em nossa conjuntura.

Por um direito da liberdade de expressão

Um “direito da liberdade de expressão” é uma construção jurídica urgente no Brasil que atravessa uma erosão de valores democráticos presentes na Constituição de 1988. Isso significa produzir análise jurídica e doutrina sobre os parâmetros e limites para além dos grandes casos e controvérsias do momento.

Nessa construção, a internet é parte constitutiva, já que a esfera pública democrática conta hoje com a rede enquanto sua mais poderosa infraestrutura. Com isso, é necessário fomentar e qualificar o debate jurídico que sirva de base para novas resoluções e equilíbrios para problemas concretos, como a relação entre termos de uso de plataformas e o direito brasileiro ou a tutela de discursos por parte de autoridades em redes sociais.

É necessário fomentar e qualificar o debate jurídico que sirva de base para novas resoluções e equilíbrios para problemas concretos.

Direitos autorais e desigualdades

As questões ligadas ao acesso ao conhecimento e aos direitos autorais estiveram na base dos estudos sobre regulação da internet, mas hoje carecem de atualização frente a conflitos emergentes no meio digital. A remuneração por conteúdo jornalístico veiculado em plataformas digitais, as persistentes desigualdades no acesso a determinados conhecimentos, o deslocamento de conflitos sobre obras artísticas, por parte de plataformas de streaming, e as novas fronteiras de produção de conteúdo dão sinais importantes de que é necessário ligar mais uma vez os pontos entre liberdade de expressão, desigualdade e limites à propriedade intelectual.

Esse ponto está mais do que nunca na agenda do InternetLab, que em 2020 fortaleceu sua atuação a partir da área de Cultura e Conhecimento. Projetamos uma atuação muito mais intensa de 2021 em diante, compreendendo que o acesso ao conhecimento é um pilar fundamental na construção de uma agenda mais ampla de direitos fundamentais na era digital.

É necessário ligar mais uma vez os pontos entre liberdade de expressão, desigualdade e limites à propriedade intelectual.

EQUIPE

Diretoria

Francisco Brito Cruz

Mariana Valente

Equipe envolvida nas atividades de 2020

Alessandra Gomes | Tech fellow

André Houang | Pesquisador

Artur Pericles | Coordenador da área de Liberdade de Expressão

Blenda Santos | Pesquisadora

Catharina Pereira | Estagiária de pesquisa

Clarice Tavares | Pesquisadora

Enrico Roberto | Pesquisador

Ester Borges | Pesquisadora

Fernanda Martins | Coordenadora da área de Desigualdades e Identidades

Heloísa Massaro | Coordenadora da área de Informação e Política

Jade Becari | Estagiária de pesquisa

Juliana Fonteles | Pesquisadora

Karina Oliveira | Coordenadora de comunicação

Laís Denúbila | Coordenadora administrativa e financeira

Natália Nérís | Coordenadora da área de Desigualdades e Identidades

Nathalie Fragoso | Coordenadora da área de Privacidade e Vigilância

Sergio Motta | Coordenador de comunicação

Thiago Oliva | Coordenador da área de Liberdade de Expressão

Conselho consultivo

Beatriz Cardoso

Carolina Rossini

Diogo R. Coutinho

José Eduardo de Oliveira Faria

Marcel Leonardi

Taís Gasparian

Conselho fiscal

Adriana de Moraes Vojvodic

Aline Viotto Gomes

Benjamin Mariotti Feldmann

EXPEDIENTE

Diretoria

Francisco Brito Cruz e Mariana Valente

Coordenadora de comunicação

Karina Oliveira

Coordenadores de pesquisa

Artur Pericles, Bárbara Simão, Fernanda Martins
e Heloísa Massaro

Projeto gráfico

Atonal

Redação

Nathan Fernandes

Revisão e edição

Francisco Brito Cruz e Mariana Valente

INTERNETLAB



[@internetlabbr](https://twitter.com/internetlabbr)



[@internetlab](https://www.youtube.com/internetlab)



[@internetlabbr](https://www.facebook.com/internetlabbr)



[@internetlabbr](https://www.linkedin.com/company/internetlabbr)



[@internetlab](https://www.instagram.com/internetlab)



internetlab.org.br